

mudar a



publicação do graal

Publicação bimestral — 25\$00



PORTE PAGO

50

MAIO/JUNHO

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



A URGÊNCIA DA PAZ

Há momentos em que a voz da Igreja se faz ouvir com lucidez e coragem. A recente tomada de posição dos Bispos Moçambicanos sobre a situação do seu país é um deles. Daí o termos decidido publicar neste número de MUDAR A VIDA o texto completo dessa Carta Pastoral.

Para cristãos e não-cristãos ela é um desafio: desafio à denúncia inequívoca de tudo o que é atropelo dos direitos humanos fundamentais; desafio a uma maior tomada de consciência de que o que se passa por esse mundo além nos diz respeito; desafio ainda (e sobretudo) a uma maior criatividade e o isadia na busca das soluções que, a prazo, virão a impedir que tais situações se repitam e se multipliquem.

Só assim impediremos que a palavra PAZ seja definitivamente irradiada do nosso vocabulário.

Reunidos como Bispos a quem o Espírito de Deus confiou esta Igreja (Act 20, 28), e tendo analisado as situações que pesam sobre as populações situadas na área das dioceses de que somos Pastores, sentimo-nos interpelados, mais uma vez, pela palavra que Deus disse a Moisés: «Eu vi a miséria do meu Povo (...) conheço a sua dor (...), os seus clamores chegaram até mim (...). Vai, envia-te (...) para que tires do Egipto o meu Povo» (Ex 3,7).

O SOFRIMENTO AUMENTA

Na verdade, o sofrimento do Povo é cada vez mais vasto e mais duro. Sofrimento da guerra e da fome, sofrimento da nudez e da doença, sofrimento da tristeza e do medo, sofrimento das situações que o humilham e destroem, sofrimento da angústia e da falta de esperança.

O nosso Povo foi de facto «ferido por um golpe terrível» (Jer 14,17). Se saímos ao campo, eis que encontramos «homens dizimados pela espada», se regres-

samos à cidade, eis que vemos «outros torturados pela fome». «Esperamos a hora do alívio, mas só vemos angústia» (cf. Jer 14, 18-19).

Assim falava Jeremias diante do sofrimento do seu povo. Assim podemos nós falar. O sofrimento e a angústia em que vive o nosso Povo obrigam-nos efectivamente a falar. Queremos mais uma vez dizer-vos uma palavra sobre a guerra, a reconciliação e a paz. Queremos que esta carta continue e reforce o que dissemos em cartas anteriores, particularmente na Exortação à «Conversão e Reconciliação» e no «Apelo à Paz».

ESTA GUERRA NÃO SERVE O NOSSO POVO

A guerra avança e, com ela, o cortejo de violências, de sofrimentos e de mortes.

É nosso dever denunciar esta guerra que aflige e destrói o nosso Povo. É nosso dever afirmar que esta guerra não serve o bem do nosso Povo, antes o destrói e aniquila.

São já muitas as mortes e é já bastante o sangue

derramado. São já muitos os filhos desta jovem e promissora Nação massacrados pelas armas. São já muitas as rupturas e as vinganças, muitos os ódios e os crimes, cometidos por uns e por outros. Esta guerra não serve o bem do nosso Povo nem o futuro da Nação. Esta guerra é um mal que urge ultrapassar, quanto antes.

VIOLÊNCIAS E CRIMES

Com a guerra, ou a propósito da guerra, crescem as violências e os crimes.

Queremos, mais uma vez, lembrar que a violência só gera violência e que a espiral da violência é, em última análise, a espiral da destruição e da morte.

Queremos, mais uma vez, denunciar como crimes, venham donde vierem, os assassinatos, as execuções sumárias, a liquidação física de prisioneiros ou de suspeitos, as represálias contra populações ou pessoas indefesas, os espancamentos brutais, as mutilações, os ataques armados a pessoas inocentes, as medidas punitivas cruéis e degradantes, a destruição de bens indispensáveis à vida e subsistência das populações, o fogo posto e a pilhagem das casas de pessoas indefesas, a intimidação e manipulação das populações pelas armas, a extorsão de confissões ou de denúncias, as diversas humilhações e crueldades.

Estas violências e crimes, cometidos infelizmente por uns e por outros, atentam gravemente contra a ética mais elementar da consciência humana contra o direito natural e o direito internacional positivo, contra a dignidade da pessoa humana e a honra do Povo, degradando e culpando frente à memória e à consciência do Povo quem os ordena ou pratica. «Saibam os homens de hoje que darão graves contas das suas actividades bélicas» (GS 80).

O ACORDO DE NKOMATI

Urge travar o avanço desta guerra. Mas poderão as armas pôr termo às armas? Não parece, de facto, que esta guerra, dada a sua natureza, possa ser ultrapassada unicamente pelas armas. Há que recorrer a meios não armados. Há que pôr em marcha a força da política, da razão e do direito.

O Acordo de Não-Agressão e Boa-Vizinhança, assinado em boa hora pelo nosso País e pela República da África do Sul, é um passo decisivo nesta linha da política e da razão. Além de revelar lucidez, realismo e coragem, este Acordo vem dizer-nos que a alternativa na busca sincera da paz não é a política da força, mas a força da política. O Acordo de Nkomati abre de facto perspectivas de diálogo e de paz nesta região da África Austral e põe-nos à vontade para afirmarmos que os caminhos da paz, no interior do nosso País, terão de passar por outros passos semelhantes.

OUTROS PASSOS SE IMPÕEM

De facto, o Acordo de Nkomati, por muito que possa contribuir para a tranquilidade e bem-estar do nosso País não bastará, só por si, para pôr termo às armas que nos humilham e destroem. Outros passos se impõem, exigindo o mesmo realismo, lucidez e coragem.

Um destes passos imediatos será a eliminação das situações de injustiça flagrante. O Concílio diz-nos que «entre as causas da guerra sobressaem as diversas injustiças» (GS 83).

A fome prolongada é uma destas situações de humilhação e de injustiça, dando origem à violência e ao espírito de guerra. A exploração e opressão colonial têm, sem dúvida, neste campo, uma responsabilidade muito própria. Mas não será, certamente, o colonialismo a causa única e exclusiva de toda a miséria que nos humilha e aflige. As calamidades naturais, e bem assim as perturbações armadas, são também causa desta miséria que humilha o País. Mas não serão, possivelmente, a causa mais grave e mais profunda.

O COMBATE À FOME

É nosso dever lembrar que o combate à fome, à nudez e à miséria que vitimam tantos dos nossos irmãos — homens, mulheres e sobretudo crianças — não pode limitar-se ao combate ao colonialismo, às calamidades ou às perturbações armadas, mas terá de passar pela análise objectiva e corajosa de erros cometidos, particularmente no sector da política económica, e pelo abandono de processos e projectos que parecem servir interesses estranhos mais do que o bem real das populações e do Povo. Terá de passar, em definitivo, pelo respeito ao Povo e ao seu modo de ser, de sentir, de pensar e de querer. O desinteresse generalizado das populações pelos projectos de produção não quererá dizer-nos que a política económica nem sempre tem em conta o sentir do Povo e o bem integral da Nação?

O combate à fome, à nudez e à miséria não poderá contentar-se com a elaboração de planos e de metas ou com acções esporádicas de emergência, mas terá de passar pela análise do processo em curso, pela denúncia de erros e desvios, pela execução e melhoria de projectos válidos e pelo abandono corajoso de políticas que parecem querer servir o triunfo dum sistema mais do que o bem total do Povo e da Nação.

Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para endereçar uma palavra de reconhecimento e de apreço aos Organismos e Instituições que tanto têm apoiado o nosso País no combate à fome, à nudez, à doença, à ignorância e à tristeza, travando assim o avanço da morte e ajudando a criar espaços de esperança e de vida.

O COMBATE À VIOLAÇÃO DA JUSTIÇA

Outro passo na busca da paz será o combate à violação da justiça. Com efeito, onde houver violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, das famílias, da comunidade social, aí haverá violência e raiz de violência e de guerra. O respeito pelos direitos dos cidadãos e do Povo é, sem dúvida, uma base indispensável à criação e crescimento da Paz no País. Infelizmente não faltam, a nível de todo o País, situações flagrantes de violação dos direitos fundamentais das pessoas e de desprezo pela dignidade e pela liberdade a que o nosso Povo tem direito. Mas cada situação de opressão ou de repressão é um foco de violência e de espírito de guerra. A paz real e sincera exige a ultrapassagem destas situações de injustiça.

MEDIDAS DESUMANAS E DEGRADANTES

Estas são também um obstáculo à Paz no País. Forçoso é dizer que certas medidas e certas leis são de sua natureza desumanas e humilhantes. Não têm em conta a dignidade inalienável de toda a pessoa humana e até do próprio Povo e abrem facilmente caminho ao abuso do poder, ao desprezo e à destruição da vida e das pessoas.

Queremos referir-nos particularmente à lei do chicote — a Lei 5/83 — a qual tem provocado situações terrivelmente desumanas e até criminosas, além de chocar profundamente a sensibilidade e a consciência do nosso Povo, e à Operação Produção.

Esta Operação certamente que foi pensada tendo como objectivo a recuperação e valorização de marginais pela sua integração na sociedade e nas diversas tarefas de produção e desenvolvimento do País. Mas, na prática, esta Operação tem constituído para muitos milhares de cidadãos um verdadeiro pesadelo. Com efeito, são gravíssimas as situações de violência e de injustiça que esta Operação tem causado. Muitos são já os homens e mulheres deste País condenados, mercê da Operação Produção, ao desprezo, à fome, à humilhação e mesmo à morte. Muitas as famílias desfeitas, muito o sofrimento imerecido.

Se queremos a Paz no interior desta grande Família Moçambicana, tenhamos a coragem de rever seriamente esta Operação Produção de modo a eliminar rapidamente as situações de violência e de humilhação existentes — sobretudo no Niassa — e de mandar imediatamente em liberdade os injustamente deslocados e detidos.

Só assim poderemos avançar na consecução da Paz que desejamos.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Impõe-se também uma defesa maior e mais eficaz da Legalidade e da correcta administração da Justiça. A paz a nível nacional exige o abandono imediato das

medidas ilegais e arbitrárias. Exige um combate corajoso ao abuso do poder, à arrogância de muitos, aos desvios das próprias Instituições Judiciais, ao desprezo pela Legalidade, ao uso de processos policiais e militares na administração da Justiça. Infelizmente não faltam, a nível do País, violências à Legalidade e ao Direito. Mas a violação do Direito, onde quer que aconteça, gera e promove o espírito de guerra.

A VIOLÊNCIA ARMADA

Enfrentar as raízes da violência — como são as situações que acabamos de indicar — é, sem dúvida, um dos passos a dar na procura sincera da paz e do bem-estar da nossa Pátria.

Mas este passo, se bem que fundamental e decisivo sobretudo para a recuperação da confiança e da unidade a nível nacional, não bastará para fazer progredir os caminhos do bem-estar e da paz. Urge empreender outros passos igualmente fundamentais e decisivos.

A violência armada é uma dura realidade na maior parte do nosso País. Não sabemos exactamente o que faz avançar, dum modo tão rápido, este fogo de guerra. Mas sabemos que esta guerra, presente já em nove Províncias, espalha a destruição e a morte, a tristeza e o medo. O nosso Povo sofre efectivamente uma guerra interna e fratricida. Com efeito, a partir do Acordo de Nkomati esta guerra tornou-se de facto mais clara. A guerra que nos oprime e destrói é, sem dúvida, uma guerra entre filhos do mesmo Povo e da mesma Nação moçambicana.

ESTA GUERRA É UMA GUERRA INTOLERÁVEL

E, se todas as guerras são intoleráveis, muito mais esta guerra fratricida. Na verdade, são irmãos que se odeiam e se matam uns aos outros. Ora os nossos maiores ensinaram-nos a encontrar a solução dos problemas de família, não por meio da violência e da morte, mas por meio do diálogo, da compreensão e do perdão.

Os problemas que existem a nível da Nação e que determinam esta violência de morte não deverão ser resolvidos pela força das armas e do ódio mas pela força da política, do diálogo, da compreensão e do perdão.

Este é um passo que se impõe, reforçando assim a vitória do Acordo de Nkomati, ou seja a vitória da política, da razão e do direito sobre as armas, a violência e a vingança.

UM APELO À RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Sentimo-nos, por isso, impelidos a pedir aos Dirigentes da Nação e a todos quantos detêm a responsabilidade desta guerra a coragem de abandonarem o



caminho das armas, da liquidação física e do extermínio como solução do conflito em aberto e de assumirem com a lucidez, a coragem e o realismo do Acordo de Nkomati, e com as virtudes da compreensão e da clemência, tão caras ao nosso Povo, o caminho da política, da reconciliação e do direito.

Todos sabemos que este diálogo não será fácil. Muitas e graves são já as rupturas na unidade nacional, grande e profundo o espírito de vingança no coração de tantos. Mas sabemos também que aos Dirigentes da Nação e aos verdadeiros homens da paz e do bem-estar do nosso Povo, que felizmente existem neste País, não faltarão recursos para desencadear e fazerem avançar este projecto de reconciliação e de diálogo, árduo sem dúvida, mas nobre e urgente.

De facto, a unidade real desta nossa Nação soberana, a reconstrução económica e social do País não se farão sem paz civil. E esta dificilmente sucederá sem o recurso efectivo da política, do diálogo, da reconciliação e do direito.

AS POPULAÇÕES AFECTADAS PELA GUERRA

A política de reconciliação terá de contar, dum modo muito próprio, com as populações que actualmente se encontram nas zonas de influência de qualquer das forças em presença.

Sabemos como estas pessoas ou populações são apanhadas por uns e por outros e colocadas entre dois fogos. A política seguida nas diversas zonas afectadas pela guerra tem sido, até agora, uma política de represália e de vingança.

É evidente que tal política só pode abrir caminho à violação do Direito das Gentes e à prática de crimes contra pessoas e populações indefesas, destruindo assim a confiança e a unidade nacional e tornando cada vez mais difícil a paz real e verdadeira.

Pedimos por isso às forças em presença, particularmente às Forças que têm a missão de servir e defender o Povo moçambicano, que reconsiderem as suas estratégias e as suas políticas relativamente às populações e pessoas indefesas, situadas nas zonas de guerra ou afectas a uns ou a outros, de modo que a violência e a repressão dêem lugar à compreensão e à clemência.

A PAZ EMPENHA A TODOS

Mas a reconciliação, o diálogo, a compreensão e a clemência, como política de Paz a nível da Nação, não empenha apenas os Dirigentes do País, ou os responsáveis mais directos pela guerra em aberto. Empenha também cada um dos cidadãos moçambicanos, esteja onde estiver e tenha a missão que tiver. Empenha os povos verdadeiramente amigos do nosso País. Empenha dum modo muito próprio as nossas comunidades cristãs e cada um dos cristãos, onde viva ou trabalhe.

Na verdade, os cristãos são homens ungidos pelo Espírito (cf. 1 Ped 2,9) e mandados a testemunhar com a vida e com o exemplo, com a palavra e com as obras, a justiça, a verdade, o amor, a reconciliação e a paz.

Teremos de ser no meio do mundo — e mais ainda no meio do mundo destroçado e dividido pelo ódio, pela violência e pela guerra — fermento dum mundo novo, dum mundo mais humano e mais fraterno. É assim que nos diz o Evangelho. «Vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo» (Mt 5, 13-14).

A nossa responsabilidade na construção da paz nacional é, por conseguinte, muito séria. Devemos assumi-la com generosidade e confiança, aparecendo como sinais de reconciliação e de perdão, eliminando naquilo que de nós dependa, a injustiça, o ódio, o espírito de vingança e toda a forma de divisionismo e de tribalismo, e construindo, a nível da família, da sociedade e da Nação, a unidade e a fraternidade.

Desejamos que as nossas comunidades assumam como tarefa pastoral esta construção urgente da reconciliação e da paz, fazendo assim aparecer a civilização do amor.

E porque sabemos que a paz verdadeira é um dom que Jesus Cristo nos mereceu, derramando o seu sangue na cruz (cf. Ef 2, 14), peçamos ao Espírito de Deus vivo que faça nascer e crescer no coração de todos os homens o amor que torna possível a Paz.

**Os bispos de Moçambique
Maputo, 7 de Maio 1984**



Publicação bimestral. Assinatura anual: 150\$00; estrangeiro: 400\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes. Inscrito na DGCI com o n.º 106 032.

Propriedade e administração: GRAAL — Rua Luciano Cordeiro, 24, 6.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, crl.